



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ADMITIDO EM 1998

PUBLICA-SE

Baixa à Comissão:

*de Política Geral*

Para parecer em 2010/11/17

2010/10/28

O Presidente,

*[Handwritten signature]*

Exmo. Senhor,  
Chefe de Gabinete de S.Exa. o Presidente  
da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Para efeitos do nº 2 do Artº 229º da Constituição da República Portuguesa e do artº 142º do Regimento da Assembleia da República, encarrega-me Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República de enviar cópia da seguinte iniciativa:

- PROJECTO DE LEI 441/XI (CDS/PP) - "ALTERA A LEI Nº 26/94, DE 19 DE AGOSTO, ASSEGURANDO A TRANSPARÊNCIA NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PELO ESTADO".

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DE GABINETE

*[Handwritten signature]*

(Eduardo Ambar)

Palácio de S. Bento, 22 de Outubro de 2010

XI-1111-GPAR-/10-pc

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 3982	Proc. Nº 02.09
Data: 01/10/28 Nº 98/IX	

Palácio de S. Bento - 1249-068 Lisboa



Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>374602</u>
Classificação <u>051031021 11</u>
Data <u>10.10.18</u>

CDS-PP  
ADMITIDO. NUMERE-SE  
E PUBLIQUE-SE.

Baixa à 5.ª e 12.ª Comissão

21 / 10 / 18

O PRESIDENTE,

A VAPLEN

10.10.18

ouvidor RA,

76

PROJECTO DE LEI N.º 441/XI/2ª

**Altera a Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, assegurando a transparência na atribuição de apoios pelo Estado.**

**Exposição de motivos**

Há quase dez anos que foi instituída em Portugal a obrigatoriedade de publicitação de benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares. Esta obrigação é vital para que haja verdadeira transparência e fiscalização dos apoios que são concedidos a privados, e para que estes sejam pautados por critérios de justiça, racionalidade e imparcialidade.

Contudo, nos últimos anos Portugal tem assistido a um crescimento verdadeiramente avassalador dos sectores empresarial público, quer a nível estadual, quer a nível regional e local. A realidade é que parte substancial das funções que eram assumidas pela Administração Pública são hoje levadas a cabo por empresas públicas. Por isso, não faz qualquer sentido que esta obrigação não seja extensível a estas entidades, sob pena de se por em causa os princípios que se pretendeu assegurar com o estabelecimento desta norma.

A realidade incontestável é que não é hoje possível fazer uma efectiva fiscalização do poder executivo sem conhecimento da actuação destas empresas e do tipo de apoios que, de diversas formas, prestam na sua actuação. Resumindo, o enquadramento jurídico destes apoios pode ser diferente do tradicionalmente usado pela Administração Pública, mas a substância, a realidade e as situações em causa são extraordinariamente similares. Assim sendo, elas têm que ser igualmente transparentes.

O presente Projecto de Lei vem, portanto, alargar o regime existente para os ministérios, as instituições de segurança social, os fundos e os serviços autónomos, os institutos públicos e os executivos municipais às empresas do sector público. A publicidade dos actos ora consagrada é feita através do simples envio da lista dos apoios ao órgão deliberativo respectivo, e da sua publicação em sítio da Internet. O método é simples, e não implica burocracias nem custos. A sua eficácia como método fiscalizador, em contrapartida, é enorme.

Este diploma vem ainda completar o tipo de apoios previstos, incluindo expressamente neles os patrocínios, forma também bastante comum actualmente.

Concluindo, a presente alteração visa actualizar o regime de transparência previsto para a atribuição de apoios ou subsídios pelo Estado a particulares.

**Pelo exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, apresentam o seguinte Projecto de Lei:**

**Alteração à Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, que Regulamenta a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares**

**Artigo 1º**

Os artigos 1º e 3º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, passam a ter a seguinte redacção:

**«Artigo 1º**

1 – É obrigatória a publicidade das transferências correntes e de capital que os ministérios, as instituições de segurança social, os fundos e os serviços autónomos, os institutos públicos e os executivos municipais efectuem a favor de pessoas singulares ou colectivas exteriores ao sector público administrativo a título de subsídio, subvenção, bonificação, ajuda, incentivo, *patrocínio* ou donativo.

2 – São igualmente objecto de publicação:

- a) .....
- b) .....
- c) ***As transferências que as empresas públicas, municipais, intermunicipais e metropolitanas efectuem a favor de pessoas singulares ou colectivas a título de subsídio, subvenção, bonificação, ajuda, incentivo, patrocínio ou donativo.***

**Artigo 3º**

1 – (...)

***2 – A publicitação a que estão obrigadas as empresas públicas efectua-se através de lista semestral a enviar pelo Governo à Assembleia da República e a publicar em sítio da Internet do Ministério das Finanças, com indicação da empresa, do beneficiário, do montante transferido ou do benefício auferido e da data da decisão.***

3 – Anterior número 2.

**4 - A publicitação a que estão obrigadas as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas efectua-se através de lista semestral a enviar pela câmara municipal, conselho directivo da associação de municípios ou junta metropolitana aos respectivos órgãos deliberativos, e a publicar no sítio da Internet do município, associação de municípios ou área metropolitana respectiva, com indicação da empresa, do beneficiário, do montante transferido ou do benefício auferido e da data de decisão.**

4 – Anterior número 3.»

#### Artigo 2º

As Regiões Autónomas aprovarão, no prazo de 120 dias, por diploma legislativo regional, as medidas e adaptações necessárias à aplicação da presente lei, atentas as especificidades regionais.

#### Artigo 3º

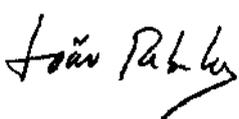
A presente lei entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

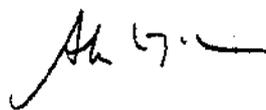
#### Os Deputados do CDS-PP,



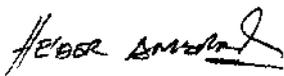
Pedro Neto Sousa

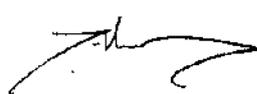
Nuno Magalhães

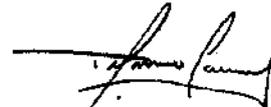


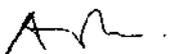


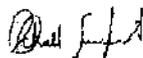
Teuse Góes

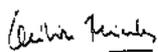


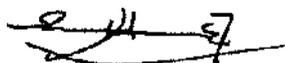


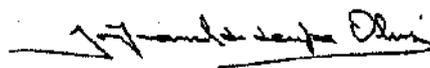












~~Feb~~

File who file

Feb 1954

Amari

~~Feb~~ 6

Jan 1954